

*Branquitude, classe, gênero e política:
engendrando o corpo neoliberal*

Suzana Maia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

ABSTRACT

In this article, I argue that, in order to understand the type of governmentality established in the country with the election of Jair Bolsonaro to the presidency, defined as “neoliberal and conservative”, it is necessary to investigate the discourses, values and daily practices that support it. Based on the analysis of white women from the middle and upper middle classes, I seek to demonstrate how these values are produced at the intersection of class, race, gender, and nation, defining the models of femininity inscribed in a neoliberal body. For the field research, I used ethnographic observations and interviews with women aligned with the political right in the country and who live in an upper middle-class neighborhood in Salvador, Bahia.

Keywords: neoliberalism; gender; middle-classes; whiteness.

Neste artigo, argumento que, para se entender o tipo de governamentalidade que se instaurou no país com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, definida como “neoliberal na economia e conservadora nos costumes”, é necessário investigar os discursos, valores e práticas cotidianas que lhe dão sustentação. A partir da análise de mulheres brancas das classes médias e médias altas, busco demonstrar como esses valores são produzidos na intersecção de marcadores de classe, raça, gênero e nação, definindo os modelos de branquitude e feminilidade inscritos num corpo neoliberal. Para a pesquisa de campo, utilizei observações etnográficas e entrevistas com mulheres que são alinhadas à direita política no país e que vivem em um bairro de classe média alta em Salvador, na Bahia.

Palavras-chave: neoliberalismo; gênero; classe média; branquitude.

Introdução

Nas manifestações políticas que tiveram início na campanha pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, pode-se observar um perfil predominante de pessoas, caracterizadas pela Folha de São Paulo como sendo, em sua maioria, de classe média e alta, brancas e com diploma universitário¹. Definidos como “cidadãos de bem”², os manifestantes se identificavam pelas posturas supostamente pacíficas, familiares e ordeiras, em contraposição às manifestações da esquerda, vistas como violentas e imorais, comandadas por “baderneiros”. Protegidos pelo aparato policial do Estado, vestiam camisas em verde e amarelo, da CBF, e se conglomeravam ao redor do lema “Fora Dilma” ou “Fora PT”, articulado a uma retórica anticorrupção e a um sentimento difuso de “basta” e “queremos nosso país de volta”. Carregavam-se faixas conclamando a volta da ditadura militar e contra Paulo Freire; alguns manifestantes ensaiavam coreografias de estética neofascista, enquanto muitos outros apenas perambulavam de forma que parecia espontânea, fazendo parte daquilo que não sabiam bem o que era, mas que acreditavam lhes representar. Essas cenas se repetiram, com algumas variações, nas manifestações a favor do candidato à presidência Jair Bolsonaro, em 2018, e revelam posições ainda hoje sustentadas por grande parte da população brasileira, particularmente pelas classes médias.

Os motivos que impulsionaram parcelas significativas das classes médias a se alinharem à direita política³ do país são muitos e os pesquisadores ainda tentam desvendar a cadeia de eventos e a convergência de fatores causadores dessa complexa arena política. Alguns, como Cardoso (2020), indicam o chamado Escândalo do Mensalão, já em 2005, como o momento inicial em que o discurso anticorrupção começa a mobilizar a sensibilidade moral característica das classes médias, enquanto outros autores apontam um momento posterior. Segundo Singer (2012), a mobilização de tais classes teve início no segundo mandato do Presidente Lula, quando este adota, de forma mais ostensiva, políticas públicas de redistribuição de renda e de reconhecimento e expansão de direitos para grupos subalternizados, congregando em torno de si larga parcela das classes trabalhadoras, num movimento denominado pelo autor de “Lulismo”. Esse

¹ Em pesquisa sobre as manifestações de março de 2016, a Datafolha indica que 77% dos manifestantes tinham ensino superior, 37% tinham renda superior a 10 salários mínimos e 67% mais de cinco salários mínimos (apud Cardoso 2020).

² Kalil et al. (2018) analisam esta categoria e sua diversidade interna, identificando, em pesquisa realizada durante os anos de 2016 a 2018 em São Paulo, 16 perfis de apoiadores e eleitores de Jair Bolsonaro, de acordo com o que repudiam e o que desejam para o futuro, considerando os marcadores de raça, classe, gênero e religião.

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre (re)emergência da direita ou a nova direita no Brasil, conferir Miguel (2018), Casimiro (2016) e Demier (2016).

movimento teria sido percebido pelas classes médias – que passaram a se sentir “decepcionadas” – como abandono de suas promessas e como estratégia de populismo, por parte do então presidente.

O ano de 2013 se constituiu num divisor de águas para a organização de um dissenso em torno de ideais políticos e valores da direita; foi o primeiro momento – depois da campanha pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992 – em que as classes médias voltaram massivamente a ocupar as ruas. A princípio, as manifestações foram impulsionadas pelos protestos do Movimento Passe Livre (MPL), de cunho marcadamente popular, que reivindicava a gratuidade dos transportes públicos, contestando os aumentos abusivos das passagens de ônibus em várias cidades do país. No entanto, estas manifestações logo se generalizaram, incluindo diversos setores das classes médias, que passam a se mobilizar e a se manifestar politicamente. Nos anos subsequentes, a Operação Lava Jato tem por efeito paralisar as obras de infraestrutura do governo e as cadeias produtivas de petróleo e construção civil, o que, combinado aos reflexos de uma crise mundial no país, desemboca numa crise política e econômica de proporções para muitos inesperadas. Num conluio entre a Lava-Jato e as mídias hegemônicas, o discurso anticorrupção – que historicamente tem sido central na formação política das classes médias⁴ – é utilizado na articulação que resulta no Golpe de Estado de 2016⁵.

A partir de então, pode-se observar uma cisão crescente entre diferentes segmentos das classes médias (Cardoso, 2020). De um lado, alinhando-se à esquerda, uma parcela das classes médias aponta para o viés politizado dos processos jurídicos da Lava Jato e defende a permanência de um Estado democrático de direito e de bem-estar social. De outro, e se alinhando à direita, outra parcela apoiou a deposição do governo eleito de Dilma Rousseff, e sua substituição por um governo neoliberal, defendido por representantes de setores conservadores e antidemocráticos que, desde o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, encontravam-se adormecidos. As diferentes parcelas se tornam crescentemente polarizadas, agora também como resultado dos efeitos das redes sociais digitais, que, de forma crescente, constroem “bolhas” ideológicas⁶. Aproximando-se de outros grupos sociais e de interesse, movimentos sociais, partidos políticos e frações de outras classes sociais, os diferentes segmentos das

⁴ Ver Souza (2018) para análise aprofundada da centralidade do discurso anticorrupção na formação da moralidade da classe média brasileira.

⁵ Ver Ferreira Santana (2020), sobre a importância das narrativas jornalísticas para a legitimação do Golpe.

⁶ Ver Cesarini (2018) e Ribeiro (2016), para discussão sobre influências das mídias digitais na organização e polarização de posições políticas.

classes médias passam a disputar o controle sobre o Estado e suas instituições, defendendo projetos de nação radicalmente divergentes.

Neste artigo, pretendo contribuir para a compreensão do atual momento político, analisando a participação de mulheres pertencentes às classes médias brancas de Salvador nas manifestações que levaram à eleição do Presidente Jair Bolsonaro e na formação de uma cultura política que o sustenta no poder. Na intersecção dos marcadores de raça, classe e gênero, elas representam uma pequena fração de mulheres privilegiadas graças a seu pertencimento à branquitude das classes médias e médias altas (Frankenberg, 1993; Ferber, 2007). Esse perfil de mulheres é muito pouco estudado. Usualmente, a participação das mulheres na política é examinada de acordo com duas perspectivas: o seu papel na resistência a governos autoritários (como parte de associações diversas ou partidos políticos) e a forma como são afetadas por regimes políticos que lhes concedem ou usurpam direitos⁷.

São poucas ainda as pesquisas referentes à participação das mulheres no estabelecimento e manutenção de regimes antidemocráticos, mas tem havido um interesse crescente no tema, especialmente a partir de estudos sobre a Supremacia Branca nos Estados Unidos (DuRocher, 2011; McRae, 2018), que demonstram o papel das mulheres na defesa e manutenção de diversas formas de segregação racial ao longo da história. O livro de Lower (2016) sobre a participação das mulheres no regime nazista também se constitui numa importante contribuição nesse sentido, e o pioneiro *Les Femmes et leurs maîtres*, de Macciocchi (1978) apresenta uma análise compreensiva sobre mulheres e fascismo em vários países da Europa e no Chile. No Brasil, temos os valorosos trabalhos de Simões (1984) e Cordeiro (2009), sobre o apoio das mulheres da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) à ditadura civil-militar no Brasil. Todos esses trabalhos analisam detalhadamente os modelos, símbolos e discursos de feminilidade que são acionados na construção de uma cultura política que autoriza e é partícipe de regimes autoritários e genocidas. Além disso, apontam para as múltiplas formas do fazer político, que vão desde um ativismo aguerrido em práticas de extermínio, ao trabalho de professoras e mães na educação de crianças com valores e comportamentos racistas, à complacência cotidiana e silenciosa de mulheres que se definem como “apolíticas”.

Meu trabalho se alia aos dessas autoras e busca entender a relação entre duas formas complementares e necessárias ao funcionamento de um regime político-econômico: aquilo que é próprio da administração do Estado; e as formas de pensar, de sentir e de agir cotidianas que lhe conferem legitimidade. Como argumentei em outro artigo (Maia, 2021), entendo o neoliberalismo como forma

⁷ Ver coletânea de artigos organizada por Rubim e Argolo (2018), sobre as consequências do Golpe de 2016, do ponto de vista das relações de gênero.

de governamentalidade que não se restringe apenas a um regime econômico associado ao livre mercado e à maximização do lucro, mas que corresponde a uma biopolítica de administração de corpos, territórios e recursos (Foucault, 2008), ordenada por uma lógica de Supremacia Branca (Goldberg, 2009). Mais especificamente, busco demonstrar como um corpo neoliberal é formado na intersecção de marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade, engendrando uma subjetividade simultaneamente neoliberal e branca (Fraser, 2013; Gill, Scharff, 2013; Wilkes, 2015), inscrita nos valores e práticas cotidianas de mulheres das classes médias e médias altas e num modelo de família por elas compartilhado (Collins, 1998; Cooper, 2017; Ramos-Zayas, 2020).

Para tanto, tomei como universo de estudo mulheres que vivem num bairro considerado de classe média alta em Salvador, na Bahia, o Loteamento Aquarius, e que se alinham à direita política no país. A escolha deste *locus* está associada ao acesso que tenho ao bairro, onde possuo relações de parentesco e amizade. Minha posicionalidade como “antropóloga nativa” neste contexto implicou numa série de questões metodológicas e éticas que estão latentes em todo trabalho de campo antropológico, mas que são amplificadas quando o pesquisador é parte de seu universo de estudo. Como frequentadora do bairro, tenho acesso a seu cotidiano e sou familiarizada com a organização social do espaço e com a estrutura de sentimentos característica de seus moradores. Por ter com estes um contato íntimo e continuado, e fazer parte da imbricada rede de alianças e dissensos, lancei mão de elementos autoetnográficos (Ellis, Bochner, 2000; Ellis, 2007; Calva, 2020) como metodologia de pesquisa, examinando cuidadosamente os privilégios e os dilemas de um mundo branco de classe média e média alta do qual eu também participo. No entanto, como observado pioneiramente por Kirin Narayan num artigo sobre o tema (1993), ninguém é totalmente nativo em nenhum lugar. Apesar de pertencer à mesma fração de classe e identidade racial do grupo pesquisado, dele me distancio em diversos aspectos, dentre os quais a posição e ideais políticos e sociais que defendo.

Essa dualidade faz com que minha posição seja marcada pela ambivalência em relação às mulheres que se constituíram em foco central de minha pesquisa. Semelhante a elas, compartilho muito do *habitus* neoliberal inscrito num cotidiano comum de privilégios que marcam nossa identidade de mulheres brancas de classe média e média alta. Não obstante essa identidade comum, delas me afasto em dois aspectos relevantes aqui: por pertencer ao espectro oposto da polarização política vigente no país, e por exercer, em nossa relação, o papel de escrutínio de pesquisadora. Assim, minha presença, durante a pesquisa, muitas vezes era vista com certo desconforto e desconfiança. Ao invés de ter maior acesso a discussões políticas, por exemplo, as pessoas evitavam o assunto em minha presença, e, no ápice da polarização que se deu durante a campanha eleitoral de 2018, cheguei a

ser excluída de redes sociais comuns. Nunca escondi nem disfarcei minhas divergências. Pelo contrário, resolvi fazer dessas divergências e também das semelhanças, desta ambiguidade de meu “lugar de fala”, simultaneamente *insider* e *outsider*, o ponto de partida de minha investigação.

Participando do cotidiano dos moradores, pude ter acesso à sua socialidade e a dados etnográficos e autoetnográficos do bairro; além disso, realizei conversas informais e entrevistas formais semiestruturadas com cerca de quinze mulheres que participaram das manifestações públicas em prol do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e, num segundo momento, a favor do candidato Jair Bolsonaro, em 2018. Ao me aproximar delas como pesquisadora, explicito meu interesse antropológico em estudar grupos socialmente privilegiados, assim como em estabelecer um diálogo compreensivo entre indivíduos que se encontravam nos diferentes polos do espectro político naquele momento. Embora não espere que elas concordem com todas as minhas observações, espero que este artigo faça jus a esses propósitos iniciais e que a análise aqui desenvolvida demonstre a complexidade do lugar ocupado por essas mulheres e que possa servir para uma reflexão crítica sobre seus privilégios de classe e raça no sentido de questionar escolhas políticas e suas consequências na sociedade como um todo. Por questões éticas, os nomes das mulheres aqui apresentadas são ficcionais, assim como alguns aspectos de seus perfis foram modificados, no intuito de garantir seu anonimato. No entanto, mantive o nome real do bairro em que vivem.

Este artigo está dividido em cinco partes. Após esta Introdução, apresento o bairro em que vivem essas mulheres, buscando demonstrar a correlação entre a organização espacial e a organização do cotidiano de valores, práticas e discursos, na formação de um corpo e de uma unidade familiar neoliberal. Em seguida, tento entender a articulação entre valores neoliberais e conservadores, examinando os múltiplos papéis das mulheres das classes médias as quais, ao tempo que se constroem como mulheres profissionais e autônomas, assumem também o papel de mãe de família, prontas a defender uma agenda política conservadora que possibilite a reprodução social de seus filhos. Na última subseção, seguida da Conclusão, analiso os modelos de feminilidade e nação acionados por essas mulheres nos processos de mobilização política em apoio a Jair Bolsonaro.

As Mulheres do Aquarius: espaço, corpo, empoderamento e mérito

O Loteamento Aquarius⁸ se constitui num enclave segregado de classe média alta, situado no coração de um novo centro comercial e financeiro da cidade de Salvador, composto por um conjunto de condomínios fechados, cada um deles

⁸ Para uma análise sobre territorialização da branquitude em Salvador ver Maia (2019) e Maia e Reiter (2021).

constituído por um ou dois edifícios ou “torres”, com uma altura mínima de quinze andares. Demarcados por muros e sofisticada tecnologia de segurança, esses condomínios possuem uma estética própria, com arquitetura de exclusividade e precisas regras de exclusão e inclusão. Os edifícios, comerciais ou residenciais, são protegidos por uma série de câmeras colocadas estrategicamente no interior e no exterior dos prédios.

Embora não haja guaritas demarcando a entrada e a saída do Loteamento, há outros marcadores de fronteiras, simbólicas e materiais, que fazem com que a circulação de pessoas não moradoras ou que não tenham relação de amizade ou parentesco no bairro seja limitada. No interior de cada condomínio, encontra-se uma série de facilidades que transmitem segurança, atmosfera de conforto, qualidade de vida, bem-estar, tranquilidade e bom gosto. Além de piscinas para crianças e adultos, há também, na maior parte dos condomínios, parque infantil, brinquedoteca, biblioteca, salão de festas, quadras de esportes, saunas, academia de ginástica, jardins e garagens para pelo menos dois carros por unidade/apartamento, dentre outros equipamentos, que têm por função suprir as necessidades de proteção, lazer e socialidade dos moradores e familiares. Os moradores se definem como de classe média, embora sua renda familiar e ocupação os posicionem na faixa AB, o que corresponderia a uma classe média alta⁹. O bairro da Pituba, onde o Loteamento está situado, conta com uma população de 65.160 indivíduos, sendo 55,50% identificados como brancos, 36,75% como pardos e 0,65% como pretos (IBGE, Censo Demográfico 2010)¹⁰.

As mulheres residentes do Aquarius com quem realizei meu estudo são brancas, de classe média e média alta, heterossexuais, casadas, entre os 45 e 55 anos e possuem um tipo normativo de família monogâmica, idealmente com dois filhos. Elas são parte de uma geração que se beneficiou com o aumento do número de mulheres nas universidades e nas profissões liberais, vindo a suprir a demanda por uma nova força de trabalho, baseada em serviços. Todas estudaram em colégios particulares e frequentaram cursos pré-vestibulares, ingressando em universidades públicas e privadas, como a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Católica. Médicas, economistas, advogadas, administradoras de empresas, *designers*, psicólogas, dentre outras profissões liberais, são mulheres bem-sucedidas profissionalmente. Com bons empregos e com um salário que, junto aos de seus maridos, permite-lhes ter acesso àquele tipo de moradia, estão

⁹ Utilizando a identidade de classe como critério de definição de pertencimento às classes médias, Salata (2016) aponta que apenas as classes definidas na categoria de renda AB no Brasil se definem como classes médias, pois tomam como parâmetro a qualidade de vida das classes médias de países centrais.

¹⁰ Ver Maia (2017), para uma problematização destas categorias raciais e da aproximação dos pardos aos brancos neste bairro.

longe de aceitar ideais de donas de casa passivas, que vivem apenas para a reprodução familiar. São mulheres que cresceram numa geração que valorizava a independência feminina e o desejo por uma liberdade compatível com os valores cristãos centrados na família, uma geração que acreditava nos estudos e no esforço pessoal como meio de alcançar os objetivos os quais elas haviam traçado a partir de um campo de possibilidades que lhes era relativamente amplo.

Cresceram com etos de mulheres ambiciosas e profissionais, impulsionadas pelo acesso à educação privada e a um universo de valores que incentivam o empoderamento da mulher, dentro e fora de casa, embora não se definam como feministas. Por vezes, denominadas de feministas neoliberais (Fraser, 2013) ou pós-feministas (Gill, Scharff, 2013), mulheres brancas e das classes mais abastadas, nas palavras de Wilkes (2015), “parecem ter tudo”: direitos reprodutivos e sexuais, acesso a boas ocupações profissionais e independência econômica¹¹. Inseridas em posições privilegiadas no mercado de trabalho e contando com recursos excedentes para consumo, feministas neoliberais ou pós-feministas se consideram merecedoras de suas posições sociais, vistas como conquistas pessoais, resultantes de “escolhas certas” feitas em sua trajetória de vida.

Como comentou Tereza Cristina, *designer* de interiores e praticante de esportes radicais, sobre o feminismo, durante um jantar em que seu marido nos servia vinhos e petiscos: “Você tá falando de quê? Porque aqui a gente divide as tarefas e na realidade eu é que faço mais coisas de homens, aqui não tem isso. Mas a gente não é radical assim, como essas mulheres que ficam protestando”. Como outras mulheres de seu perfil, Teresa Cristina tem dois filhos, cujos nascimentos foram cuidadosamente planejados na trajetória do casal, acha que aborto não deveria ser necessário se as mulheres se cuidassem melhor e se fizessem melhores escolhas de parceiros. Em nossas conversas, o feminismo é referido por ela e outras mulheres como algo do passado, ou algo relacionado a “radicais”, pois desfrutam de certa igualdade de gênero nas posições de trabalho (muitas têm nível de educação formal e salários equivalentes aos de seus maridos), e na divisão de tarefas dentro da casa.

No Loteamento Aquarius – assim como encontrado por Ramos-Zayas em seu estudo sobre elites do Rio de Janeiro e San Juan, em Porto Rico (2020) –, há inclusive certa inversão de papéis tradicionais de gênero, o que funciona como marca de distinção de classe e raça, gerando novas formas de masculinidades e feminilidades, representadas por “homens sensíveis” e “mulheres determinadas”. No Aquarius, marido e mulher são responsáveis pelos processos decisórios sobre local de residência e escola para os filhos, e sobre formas de lazer e viagens, embora

¹¹ Nancy Fraser chama a atenção para o fato de que muitos dos valores defendidos pelo feminismo da segunda onda, tendo surgido num contexto de encolhimento do Estado de bem-estar social em muitos países, são convergentes com valores neoliberais.

algumas tarefas sejam consideradas mais apropriadas para cada gênero. Os homens são vistos como mais aptos a administrar a estrutura física da casa, enquanto as mulheres realizam as compras (de alimentação e vestuário) e são as responsáveis pela administração e supervisão das trabalhadoras domésticas.

Dispondo das condições necessárias, essas mulheres despendem grande parte de seus dias indo trabalhar e pegando os filhos na escola, indo a médicos, almoços, jantares, reuniões e *shopping centers*, e ainda devem dedicar algum tempo essencial para “cuidar de si mesmas”. Nos salões de beleza e nas clínicas de dermatologia estética, nas academias de ginástica e estúdios de yoga ou pilates, mulheres de classe média buscam se aproximar daquilo que definem como seus ideais de beleza, saúde e harmonia. Como apontam estudos sobre os efeitos do neoliberalismo na formação de uma subjetividade e estilo de vida das classes médias e elites (Ramos-Zayas, 2020; Freeman, 2014), todos esses cuidados e atenções são parte de uma disciplina e investimento nas insígnias que se transformam em sinais de distinção ao mesmo tempo de classe e raça e que denotam a ideia de sucesso centrado no indivíduo e em seu esforço pessoal, na autoconfiança e autodisciplina, qualidades apreciadas para navegar num universo neoliberal extremamente competitivo.

No entanto, liberdade de escolha e independência, assim como a ênfase na realização individual e no investimento em si, são prerrogativas que apenas mulheres das classes mais abastadas conseguem de fato imprimir em suas trajetórias (Fraser, 2013; Gill, Scharff, 2013; Wilkes, 2015). Tanto o esforço e o sucesso pessoal dessas mulheres, quanto o equilíbrio e a harmonia de seus lares, não seriam possíveis sem a presença ubíqua de outras mulheres (em sua grande maioria, negras), que realizam quase todo o trabalho cotidiano da manutenção de suas casas e do cuidado de seus filhos. Sem nenhuma exceção, as unidades familiares do Aquarius dispõem de empregadas domésticas e/ou diaristas e babás, muitas vezes consideradas como “quase da família”.

A relação das empregadas domésticas com seus empregadores é eivada de atitudes e sentimentos ambivalentes, num misto de intimidade, afeição e conflito, característico do contexto de extrema desigualdade em que elas estão inseridas (Brites, 2007; Pinho, 2010; Ribeiro Corossacz, 2018, 2020). Tributária de uma herança colonial escravocrata e, mais que isso, unidade em que são ativamente reproduzidas clivagens de raça, gênero e classe, a família é um espaço em que as desigualdades são naturalizadas. Simultaneamente hiper visíveis e invisibilizadas, a presença de mulheres negras em trabalhos considerados indesejáveis é algo normalizado num cotidiano de socialização de adultos e crianças (Pinho, 2015). É neste cotidiano do lar que a desigualdade é introjetada como “natural” ou inevitável, fazendo com que o racismo estrutural e a cisão de classe inerentes nas

relações entre as empregadas e seus “patrões” e “patroas”, e os filhos destes, sejam obscurecidos pela intimidade e pelo afeto.

São as empregadas domésticas que varrem e limpam toda a casa, lavam e passam as roupas, cozinham e lavam a louça, limpam os vidros e os banheiros, levam e pegam as crianças na escola e, em alguns casos, realizam compras no supermercado ou nas feirinhas do bairro, levam os cachorros para passear e ainda atuam diretamente no disciplinamento e educação dos filhos dos “patrões”. As atividades das empregadas são múltiplas, fluidas e usualmente mal delimitadas, podendo variar de acordo com as necessidades das famílias e suas trajetórias. Sem o trabalho das empregadas domésticas, as mulheres – assim como os homens – de classe média dificilmente teriam a liberdade e o tempo disponíveis para cuidar de seu sucesso profissional e de si mesmas.

No entanto, essa consciência não existe. Pelo contrário, seguindo a razão neoliberal, o sucesso das mulheres do Aquarius é visto como resultado de seus esforços pessoais, de sua autoconfiança, de sua capacidade de fazer escolhas certas; portanto, de seu próprio mérito. Esse sucesso é ainda apresentado como uma conquista pessoal, a ser celebrada, admirada, tida como modelo para todas as mulheres, e não como algo derivativo de um sistema desigual e competitivo, em que a disputa se dá a partir de lugares desigualmente pré-determinados na estrutura social, facilitando o sucesso de algumas mulheres e não de outras.

As transformações que ocorreram a partir da regulamentação dos direitos das empregadas domésticas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 2013, sob o governo da Presidente Dilma Rousseff, perturbaram a ordem material e simbólica instituída da família de classe média. Muitas mulheres transformaram mensalistas em diaristas a fim de não terem encargos trabalhistas, e muitas se queixaram de que as leis romperam a “confiança” e a “espontaneidade” das relações entre patroas e empregadas, ficando particularmente difícil de “lidar” com empregadas de uma geração mais jovem.

O reconhecimento dos direitos das empregadas domésticas – assim como outros programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola – são, na visão das mulheres de classe média, razões pelas quais mulheres mais jovens das camadas mais pobres se recusam a trabalhar. Preguiça e indolência são, de acordo com aquelas, o resultado de um Estado caracterizado pelo desperdício, populismo e paternalismo em relação aos pobres e, por extensão, aos negros, mais particularmente às mulheres negras. É a insatisfação e o ressentimento contra essas políticas de redistribuição, e contra as políticas de reconhecimento e compensação (como veremos abaixo em relação as ações afirmativas), que vão se constituir num dos principais eixos definidores do apoio de mulheres brancas das classes médias e médias altas ao Estado mínimo neoliberal defendido pelo governo Bolsonaro.

Mães de família: ansiedades de gênero, conservadorismo e o Estado mínimo

Eu, da minha natureza de mãe, eu não vou manter os filhos dentro da minha casa com 35, 40 anos. Eu não eduquei eles para isso.

É a lei da causa e efeito, se você vai de encontro a alguma coisa, aquela coisa vai de encontro a você. Então, você não precisa tá enaltecendo que o negro tem isso, que o negro aquilo; quanto mais isso, pior.

Há, entre essas mulheres, uma grande ansiedade em relação ao futuro de seus filhos. O medo de desclassificação, discutido por Mills (1969) e tão bem definido por Ehrenreich (1989) como *fear of falling* (“medo de cair”), é considerado um aspecto central da posição ocupada pelas classes médias na estrutura de classes de uma sociedade. Situadas entre dois polos – as classes dirigentes ou elites e as classes trabalhadoras –, muitas das posições ocupadas pelos estratos médios são rotativas e não oferecem seguridade no trabalho nem planos de carreira garantidos, salvo para aqueles que são servidores públicos concursados pelo Estado ou aqueles que possuem uma trajetória de herança familiar sólida que assegure a reprodução social intergeracional. Portanto, a garantia de sua posição social depende de: a. acesso à educação diferenciada; b. capacidade de estabelecer redes de contatos em seu grupo profissional ou no grupo social que lhe é imediatamente superior; c. estratégias de fechamento de seus nichos de trabalho (Cardoso, 2020; Prandi, 1982).

Ao longo da história, o acesso às universidades e, portanto, aos melhores postos de trabalho, nas esferas públicas e privadas, tem sido quase exclusivo para as classes médias e altas brancas (D’Avila, 2006; Owensby, 1999). Profissões em áreas como Medicina e Direito, por exemplo, têm sido, tradicionalmente, reduto protegido por regras de inclusão e exclusão implícitas e explícitas. A competitividade e o alto custo dos cursos, assim como a participação em redes de amizade que garantam o ingresso nas associações e a inserção profissional, fizeram com que essas fossem profissões associadas a poder e prestígio social. A entrada dos filhos em profissões regulamentadas, como essas, costumava ser garantia segura para o sucesso da reprodução social do estilo de vida e conforto almejado pelas classes médias brancas.

Sem exceção, todas as mulheres que participaram de minha pesquisa possuem curso universitário, o que lhes tem assegurado o acesso a ocupações profissionais reservadas às classes médias. No entanto, a entrada nas universidades não mais se constitui numa trajetória linear para seus filhos. Não obstante frequentem as escolas privadas mais caras da cidade, os filhos das classes médias têm agora que competir – no âmbito das universidades e no mercado de trabalho – com pessoas que pertencem a sua alteridade de classe e raça.

Como outras pessoas brancas (Telles, Bailey, 2002), as mulheres do Aquarius têm uma posição ambivalente em relação às cotas raciais. Elas reconhecem que a proporção de estudantes negros nas universidades, até bem pouco tempo, era bem menor que a dos brancos e que isso se constituía num problema social histórico. No entanto, acreditam que as cotas vieram apenas agravar a situação existente. Para elas, a educação deveria começar “na base”, ou seja, nas escolas primárias e secundárias. Uma vez que os estudantes negros e pobres não tiveram essa “base” educacional, sua entrada nas universidades públicas através das cotas serviria apenas como um paliativo. Isso, de acordo com o senso comum desenvolvido no âmbito deste grupo (Bailey, 2009), tem levado à queda de qualidade do ensino das universidades públicas como um todo e a criação de uma geração de beneficiados que estariam inaptos a entrarem no mercado de trabalho de forma justa. Por essa razão, e por terem que competir agora com estudantes assistidos pelo sistema de cotas, muitos dos filhos das classes médias e médias altas passaram a ingressar diretamente em universidades privadas¹². Segundo um comentário de Fernanda, psicóloga, 51 anos, a preferência de sua filha de 20 anos pelo prestigioso curso de Direito numa universidade privada se deu pelo acompanhamento mais atento oferecido aos estudantes, dirigindo-os para um universo profissional de firmas de advocacia capaz de proporcionar melhor inserção em redes de contatos necessárias para uma carreira bem-sucedida.

Entretanto, as cotas incomodaram as classes médias não apenas pela supostamente malfadada competição na educação superior e no mercado de trabalho, mas também por fazerem parte de um modelo de governamentalidade baseado nos princípios do multiculturalismo, que se estabeleceu principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto sistema representacional e de construção de políticas públicas, as políticas de identidade, como são denominadas, têm como características centrais a afirmação das diferenças (étnica, racial, de gênero e de sexualidade), o reconhecimento de que estas estão atreladas a uma estrutura de desigualdades e a redistribuição de recursos por parte do Estado através de políticas públicas específicas (Taylor, 1992). Para as mulheres pesquisadas, isso se constituiria numa fonte de aberração e de divisão na sociedade brasileira¹³.

Nesse sentido, deveriam ser combatidas não apenas a afirmação identitária dos negros, como também a de identidades de gênero e sexualidade que não se conformam com o modelo hegemônico na sociedade. Durante minha pesquisa,

¹² Conferir os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2001 do IBGE, tabulados por Simon Schwartzman, que confirmam esta tendência (Góis, 2003).

¹³ Esta visão é compartilhada por parte do senso comum nacional e por um número de acadêmicos. Conferir Bailey (2009), para estudo aprofundado sobre o tema.

isso ficou evidente em torno de três polêmicas interconectadas: o programa de educação anti-homofobia, batizado como *kit gay*; pela exposição Queermuseu, em Porto Alegre; e pelo que ficou conhecido como “ideologia de gênero”. Embora este não tenha sido o foco de minha pesquisa¹⁴, o assunto veio várias vezes à tona. O que incomoda as mulheres com quem conversei não é a existência de outras formas de sexualidade e papéis de gênero por si, mas a afirmação “exagerada” e “desnecessária” destas. Nas palavras de Livia, 48 anos, economista:

Eu acho que tudo que se deixa passar passa melhor, você sabe que aqui tem um casal de homossexuais que ninguém diz, só quem sabe é quem sabe que eles são. Porque eles têm uma postura diferente, eles preservam a intimidade deles, eles se respeitam como pessoas e passam despercebidos e pronto.

Dessa forma, se, em outros momentos da história, o anticomunismo se constituiu num lema central de mobilização da direita (Cordeiro, 2009; Cardoso, 2020), hoje o “anti-identitarismo” tem sido seu principal mote subjacente (Cesarino, 2019; Safatle, 2020). Em volta desse conceito-chave, articula-se uma série de ressentimentos contra grupos sociais historicamente subalternizados, que foram beneficiários de políticas de reconhecimento e compensação. Na visão das mulheres pesquisadas, as identidades que não se encaixam nos modelos por elas adotados – embora tenham existido anteriormente – foram exacerbadas pela intervenção do Estado em esferas consideradas privadas, que deveriam ser de domínio autônomo da família.

Ao pressuporem sua invisibilidade, aqueles que se colocam contra o “identitarismo”, homens e mulheres cis heterossexuais brancos, não conseguem perceber a afirmação cotidiana de sua própria identidade, nem as formas de privilégio a eles associadas. A naturalização e normalização do modelo normativo de identidade defendido pelas mulheres das classes médias e médias altas, como as do Aquarius, faz com que esta seja tida como não específica; portanto, universal. Contra essa suposta universalidade, se contrapõem identidades negras e LGBTQ+, antitéticas aos valores centrais do etos neoliberal de supremacia branca que se sustenta na defesa de um estado mínimo e da família como unidade autônoma e provedora do bem-estar social e do controle moral de seus membros.

Como argumenta Wendy Brown (2019) ao analisar as aparentes contradições do neoliberalismo, liberdade/autonomia e moralidade conservadora não são antitéticos, mas complementares. Segundo a autora, para o arcabouço da subjetividade neoliberal, a liberdade do indivíduo – e por extensão da família – e do mercado seguem leis morais que foram criadas “espontaneamente”, ao longo

¹⁴ Para discussão aprofundada sobre o tema, ver, dentre uma crescente literatura, o trabalho de Correa e Kalil (2020).

do curso “natural” da humanidade. Apagando a historicidade que coloca estes grupos em posições desiguais, a desigualdade é naturalizada como algo intrínseco e necessário. Ecoando o que dizem estas mulheres, o Estado, ao intervir nesse curso natural das coisas, criaria uma artificialidade nas relações, gerando conflitos que são vistos como se não tivessem existido previamente.

Para a razão neoliberal, a noção de uma esfera social em que as diferenças devem ser equilibradas através da mediação do Estado e de suas instituições – princípios básicos da democracia representativa –, é uma ficção e uma camisa de forças (Brown, 2020; Almeida, 2018). Em lugar de um bem comum a todos, o que prevalece são os interesses dos pequenos grupos, da família e do indivíduo. Quaisquer constrangimentos que se sobreponham à liberdade dessas unidades autônomas são percebidos como autoritários e inconvenientes, devendo ser dirimidos ou eliminados. E isso vale tanto para o mercado econômico quanto para a gerência do corpo político.

Alinhamentos políticos: o corpo da nação

De acordo com afirmações das mulheres estudadas, o que definiu seu apoio a Jair Bolsonaro não foi exatamente uma preferência por seu perfil, mas uma reação contra o governo do PT, contra o Lulismo (Singer, 2012) e tudo o que esse movimento significou para elas: corrupção, desmando, desperdício de dinheiro público, imoralidade, confusão e desordem. Jamais haviam participado de manifestações e protestos públicos, nem de partidos políticos, organizações estudantis ou movimentos sociais, embora algumas tenham chegado a ir às ruas nas manifestações que levaram ao *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992). Como em outros Novos Movimentos Sociais (Gohn, 2017), as mulheres do Aquarius começaram a se manifestar sem um planejamento prévio, juntamente com seus maridos e amigos do bairro, de uma forma quase espontânea, mas agora articulando-se através das mídias sociais, como *Facebook* e *WhatsApp* (Cersarino, 2019; Ribeiro, 2016). Entre essas mulheres, havia um sentimento pervasivo de que os rumos políticos do país haviam chegado a um ponto de “basta”.

Indignação contra corrupção e decepção são elementos encontrados com frequência nos discursos das mulheres entrevistadas e indicam valores morais comumente mobilizados pelas classes médias em outros momentos cruciais da luta política no país (Cardoso, 2020; Saes, 1995; Souza, 2018). Em seu estudo sobre o apoio de mulheres do CAMDE ao Golpe de 1964, Cordeiro (2009) demonstra como a percepção de uma suposta “crise de valores morais” e a necessidade de uma limpeza das instituições indicavam o quanto a ideia do “político” estava impregnada de uma defesa da moralidade cristã. Inscrita nos valores familiares, essa moralidade perpassava uma defesa de modelo de feminilidade que

endossava os papéis das mulheres enquanto esposas e mães de família. No discurso das mulheres da CAMDE, as mulheres deveriam se dedicar sobretudo ao lar, e não a uma carreira profissional. Sua participação em organizações e manifestações políticas deveriam estar atreladas a estes papéis principais, e foi como mães e esposas que elas foram às ruas pela Marcha da Família.

Estudos feministas, desde há muito, têm apontado a intersecção entre o simbolismo de gênero e a construção da nação/nacionalismo e chamado a atenção para como o corpo da mulher se constitui em espaço de conflito e afirmações de identidades coletivas (Yuval-Davis, 1997). Os ideais de feminilidade defendidos pelas manifestantes que foram às ruas em 2016 e 2018, à primeira vista, parecem estar longe dos defendidos pelas mulheres da CAMDE, mas guardam ainda algumas importantes similaridades. Como nas Marchas pela Família em apoio ao Golpe de 1964 (Cordeiro, 2009; Simões, 1984), as mulheres do Aquarius foram para as manifestações de rua ao lado de seus maridos, filhos e amigos de bairro, emprestando uma face familiar e moralizante aos eventos e aos projetos de nação ali defendidos. Além disso, profissionais bem-sucedidas, elas celebram a autonomia feminina, a autoconfiança e autodeterminação, valores que coincidem com o projeto neoliberal contemporâneo e que são reafirmados em suas performances de gênero e seus “investimentos em si”.

Sistematicamente definidas como “mulheres bonitas” pela mimética política utilizada na campanha em prol do governo Bolsonaro (Cesarino, 2019) as “mulheres de direita” se contrapunham às “mulheres feias” das manifestações da esquerda (Fuchs, 2018). Sob esta última categoria, estavam reunidas mulheres lésbicas, masculinizadas, feministas radicais, em sua maioria também de classe média, além de mulheres negras, que não apenas tomavam as ruas, mas avançavam em espaços que eram considerados exclusivamente brancos. Longe de serem secundárias ou supérfluas, marcas corporais impressas no corpo das mulheres funcionam como representações de projetos de nação e nacionalismos específicos. “Mulheres bonitas”, acompanhadas de seus maridos, filhos e amigos do bairro, estavam mobilizadas para determinadas demandas políticas e em defesa da garantia do modo de vida ao qual estão acostumadas e para o qual foram educadas.

O que estava em risco com o tipo de governamentalidade instaurada pelos governos do PT, e contra o que estas mulheres se insurgiram, era o próprio edifício que sustenta a família de classe média branca: não apenas acesso a serviços e acesso privilegiado à educação e a boas posições ocupacionais, mas também as formas de distinção e *status* associadas ao etos neoliberal tal como incorporadas em seu cotidiano. O deslocamento de classe¹⁵ e raça que teve lugar a partir de

¹⁵ Para discussão sobre a emergência do que foi chamado as “novas classes médias”, ver Neri (2008) e Pochmann (2012).

políticas públicas de redistribuição de renda, o crescimento dos movimentos negros e das identidades afirmativas de várias ordens, as cotas e os direitos trabalhistas para empregadas domésticas, o aumento de renda e poder de consumo das classes populares, em sua maioria negras, foram fatores interseccionados e cumulativos que produziram o dissenso, o Golpe e a defesa de ideais antidemocráticos por parte de largos segmentos das classes médias, dos quais as mulheres aqui examinadas fazem parte. O acesso a posições de poder e privilégio por pessoas que pertencem a sua alteridade de raça e classe feriu, de forma letal, o âmago das classes médias. Além disso, associada aos aspectos socioeconômicos, essa ferida se projeta numa repulsa da aproximação de corpos considerados indesejáveis, uma vez que os ideais estéticos inscritos no corpo neoliberal são antitéticos aos daqueles com quem passaram a competir tanto simbólica quanto materialmente. Carregando consigo e em seus corpos as marcas inequívocas de pertencimento racial e de classe, as “mulheres de direita” simbolizam o modelo normativo de família heterossexual branca, centrado nos valores do individualismo e do mercado, que sustenta a supremacia branca patriarcal neoliberal a qual o governo Bolsonaro representa.

Conclusão:

Neste artigo, busquei entender as razões que levaram parcelas das mulheres das classes médias, aqui representadas pelas mulheres que residem no Loteamento Aquarius, a se alinharem politicamente ao lado do governo Bolsonaro. Examino como, em face do medo de desclassificação racial e de classe, essas mulheres se mobilizaram enquanto profissionais e mães de família, a fim de assegurar seu estilo de vida, a reprodução de classe para seus filhos e o privilégio histórico tal como inscrito no corpo neoliberal que as caracteriza. Como argumentado, num universo neoliberal, o princípio da liberdade, não obstante esteja intrinsecamente relacionado ao funcionamento da economia e das forças do mercado, vai muito além disso, gerindo a própria forma de ser no mundo e de se relacionar com os outros. De acordo com Brown (2019), para os neoliberais, a liberdade, atrelada ao individualismo, é contrária à própria ideia de sociedade, vista esta como uma entidade abstrata que suplanta e controla os movimentos espontâneos dos indivíduos em sua interação social. Tal interação, de acordo com a razão neoliberal, uma vez que mediada pelo mercado como dispositivo central, teria a capacidade de se autorregular, permitindo que os diversos indivíduos e unidades sociais (como a família e os grupos de referência) naturalmente se acomodassem numa ordem hierárquica. Num amálgama com o darwinismo social evolucionista, o neoliberalismo reza o credo de que a hierarquia e a desigualdade decorreriam dos méritos de cada um, num sistema de competição universal que

promove a criatividade e o desenvolvimento individual numa escala evolutiva. Ao Estado, caberia apenas garantir o bom funcionamento dessa ordem “natural” – projetada num nostálgico passado colonial – em que os indivíduos e grupos estariam acomodados de forma “espontaneamente” desigual.

Bolsonaro se elegeu a partir desta agenda de liberdade neoliberal – e ao mesmo tempo centrada na unidade familiar tradicional e no indivíduo –, que segmentos das classes médias, brancas, acreditaram ser capaz de representar seus interesses e restituir a ordem tal como era antes. Indignadas com as transformações sociais que resultaram em seu deslocamento racial e de classe, as mulheres aqui examinadas resolveram “pagar pra ver”, e, mesmo se considerando apolíticas ou moderadas em suas posições, lançaram-se a uma mudança radical, embora não concordassem com tudo o que o novo governo representa. As consequências que advêm disso estão manifestadas na Hidra monstruosa em que se configura uma governamentalidade marcada pela supremacia branca, pelo ódio, pelo descaso à vida e pelo genocídio de grupos subalternizados a que todos assistimos, com graus variados de perplexidade e comoção, enquanto ensaiamos explicações e reações ainda incertas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Silvio Luís. “Neoconservadorismo e Liberalismo” in GALLEGO, Esther S. (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018. (pp. 27-32).
- BAILEY, Stan. *Legacies of Race: Identities, Attitudes, and Politics in Brazil*. Stanford University Press, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 2008.
- BRITES, Jurema. “Afeto e desigualdade: Gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2007. (pp. 91–109).
- BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York, Columbia University Press, 2019.
- CALVA, Silvia M. Bénard (org.). *Autoetnografia: una metodología cualitativa*. Aguascalientes, Universidad Autonoma de Aguascalientes, 2019.
- CARDOSO, Adalberto. *Classes médias e política no Brasil (1922-2016)*. Rio de Janeiro, FGV Editora, FAPERJ, 2020.
- CASIMIRO, Flavio H.C. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo” in GALLEGO, Esther S. (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018. (pp. 41-46).

- CESARINO, Letícia. "Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo, neoliberalismo e pessoa fractal". *Revista de Antropologia*, 62 (3), 2019. (pp. 530-557)
- COLLINS, Patricia Hill. "It's all in the family: intersections of gender, race, and nation". *Hypatia*, 13 (3), 1998. (pp. 62-82).
- COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. Cambridge, MA, MIT Press, 2017.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.
- CORREA, Sonia – Isabela, KALIL. *Políticas Antígênero em América Latina: Brasil – La Catástrofe Perfecta?* Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), ABIA, 2020.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo, Editora Unesp, 2006.
- DEMIER, Felipe. "Introdução: O Barulho dos Inocentes: a revolta dos homens de bem" in DEMIER, Felipe – Rejane, HOEVETER (orgs.). *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2016. (pp. 9-24).
- DUROCHER, Kristina. *Raising Racists: The Socialization of White Children in the Jim Crow South*. University Press of Kentucky, 2011.
- EHRENREICH, Barbara. *Fear of Falling: The Inner Life of the Middle Class*. New York, Pantheon Books, 1989.
- ELLIS, Carolyn. "Telling secrets, revealing lives: Relational ethics in research with intimate others". *Qualitative Inquiry*, 13(1), 2007. (pp. 3-29).
- ELLIS, Carolyn - Arthur P, BOCHNER. "Autoethnography, personal narrative, reflexivity" in DENZIN, Norman – Yvonna, LINCOLN (Eds.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA, Sage, 2000.
- FERBER, Abby L. "Whiteness studies and the erasure of gender". *Sociology Compass*, 1(1), 2007. (pp. 265–282).
- FERREIRA, Eliara Santana. "Mídia, Lawfare e o Espetáculo da Encenação" in FEITOSA, Maria L. A. – Gisele, CITTADINO – Leonam, LIZIEIRO (orgs.). *Lawfare: O Calvário da Democracia Brasileira*. Joinville, Clube dos Autores, 2020. (pp. 83-91).
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minneapolis, The University of Minnesota Press, 1993.
- FRASER, Nancy. "O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história". *Mediações*, Londrina, 14 (2), 2009. (pp. 11-33).
- FREEMAN, Carla. *Entrepreneurial Selves: Neoliberal Respectability and the Making of a Caribbean Middle Class*. Duke University Press, 2014.

- FUCHS, Isabela. “As mulheres de direita são muito mais bonitas que as de esquerda”. *Le Monde Diplomatique, Brasil*, 6 de dezembro de 2018. <https://diplomatie.org.br/as-mulheres-de-direita-sao-muito-mais-bonitas-que-as-de-esquerda/> [18/04/2021].
- GALLEGO, Esther S. (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- GILL, Rosalind – Chistina, SCHARFF. “Introduction” in GILL, Rosalind – Chistina, SCHARFF (eds.). *New Femininities, Postfeminism, Neoliberalism and Subjectivity*. Basingstoke, Hants, Palgrave Macmillan. 2011. (pp. 1–20)
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contra-correntes na atualidade*. São Paulo, Cortez Editora, 2017.
- GOIS, Antonio. “Particular concentra os mais ricos”. *Folha de São Paulo*, 08/09/2003.
- GOLDBERG, David Theo. *The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2009.
- HOOKS, bell. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Cambridge, MA, South End Press, 2000.
- KALIL, Isabela (coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. [Relatório] Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Outubro de 2018. <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP>. [18/04/2021].
- LOWER, Wendy. *As Mulheres do Nazismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 2013.
- MACCIOCCHI, Maria A. *Les Femmes et Leurs Maitres*. Paris, Christian Bourgois Editeur, 1978.
- MAIA, Suzana M. “A Branquitude das Classes Médias: Discurso Moral e Segregação Racial” in MULLER, Tania – Lourenço, CARDOSO (orgs.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba, Appris editora, 2017. (pp. 107-124).
- MAIA, Suzana M. “Espaços de Branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia”. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, 9, (1), 2019. (pp. 253-282).
- MAIA, Suzana M. “Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade *pesqueira quilombola* do Recôncavo da Bahia”. *Latin American Research Review*, 56(2), 2021. (pp. 1–14) DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.628>
- MAIA, Suzana M. – Bernd, REITER. “Racial Capital and White Middle Class Territorialization in Salvador, Brazil”. *Latin American and Caribbean Race and Ethnic Studies*, 2021. DOI: 10.1080/17442222.2021.1915445.
- MCRAE, Elizabeth Gillespie. *Mothers of Massive Resistance: White Women and the Politics of White Supremacy*. Oxford, Oxford University Press, 2018.

- MIGUEL, Luis Felipe. "A reemergência da direita brasileira" in GALLEGO Esther S. (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018. (pp. 17-26).
- MILLS, C. Wright. *A Nova Classe Média (White Collar)*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1969.
- NARAYAN, Kirin. "How 'Native' is a Native Anthropologist". *American Anthropologist*, New Series, 95 (3), 1993. (pp. 671-686).
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, CPS-FGV, 2008.
- OWENSBY, Brian P. *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*. Stanford, CA, Stanford University Press, 1999.
- PINHO, Patrícia de Santana – Elizabeth, B. SILVA. "Domestic Relations in Brazil. Legacies and Horizons". *Latin American Research Review*, 45, (2), 2010. (pp. 90-113).
- PINHO, Patrícia de Santana. "The Dirty Body that Cleans: Representations of Domestic Workers in Brazilian Common Sense." *Meridians*, Vol. 13, No. 1, 2015. (pp. 103-128).
- POCHMANN, M. *Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Favoritos Degradados*. São Paulo, Loyola, 1982.
- RAMOS-ZAYAS, Ana Y. *Parenting Empires: Class, Whiteness, and the Moral Economy of Privilege in Latin America*. Durham, Duke University Press, 2020.
- RIBEIRO, Marcio Moretto. "Antipetismo e conservadorismo no Facebook" in GALLEGO Esther S. (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018. (pp. 85-90).
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. *White Middle-Class Men in Rio de Janeiro: The Making of a Dominant Subject*. Lanham, Lexington Books, 2018.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. "Assédio Sexual no Emprego Doméstico". *Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. UFRJ, Rio de Janeiro, 2, 2020. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico/> [18/04/2021].
- RUBIM, Linda – Fernanda, ARGOLO. *O Golpe na Perspectiva do Gênero*. Salvador, EDUFBA, 2018.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, TA Queiroz Editor, 1985.
- SAFATLE, Vladimir. "Identitarismo branco". *El País*, 04 SEP 2020. https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-09-04/identitarismo-branco.html#?sma=newsletter_brasil20200905. [18/04/2021]
- SALATA, André R. *A Classe Média Brasileira: posição social e identidade de classe*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2016.

- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SIMÕES, Solange de D. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Estação Brasil, 2018.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalism and the politics of recognition*. Princeton, PUP, 1992.
- TELLES, Edward – Stan, BAILEY. “Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos”. *Opinião Pública*, Campinas, VIII (1), 2002. (pp. 30-39).
- YUVAL-DAVIS, Nira. *Gender and Nation*. Sage Publications, 1997.
- WILKES, Karen. “Colluding with neo-liberalism: post-feminist subjectivities, whiteness and expressions of entitlement”. *Feminist Review*, 110 (1), 2015. (pp. 18-33).

Suzana Maia é Professora de Antropologia e Estudos de Gênero da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB. É autora do livro *Transnational Desires: Brazilian Erotic Dancers in New York* (Vanderbilt Press, 2012), e de diversos artigos sobre branquitude, dentre os quais: “A Branquitude das Classes Médias: Discurso Moral e Segregação Racial”, “Espaços de Branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia” e “Racial Capital and the Territorialization of Whiteness”, com Bernd Reiter, no prelo pela *Latin America and Caribbean Race and Ethnic Studies*.

Contato: maiasuz@gmail.com

Recebido: 24/10/2020

Aceito: 18/04/2021